
***Associação de
Amparo ao Idoso***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Associação de Amparo ao Idoso

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Amparo ao Idoso ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Amparo ao Idoso em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião com ressalva

A Associação, por não ter fins lucrativos, obtém parte de suas receitas por meio de doações recebidas de terceiros, as quais não são suscetíveis a um procedimento suficiente e apropriado de auditoria que permita garantir a totalidade dos valores recebidos. Portanto, a verificação dessas receitas, no montante de R\$ 498 mil (2017 - R\$ 1.088 mil), estão restritas aos valores registrados na contabilidade da Associação. Consequentemente, não foi praticável determinar a necessidade de efetuar eventuais ajustes à receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como os valores correspondentes do exercício de 2017, para que esteja adequadamente apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as

Associação de Amparo ao Idoso

disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros". e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.





Associação de Amparo ao Idoso

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de junho de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

Associação de Amparo ao Idoso

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa - recursos sem restrição de uso (Nota 4)	2.793.439	2.562.008	Fornecedores	6.728	8.368
Outros ativos	7.523	5.638	Obrigações tributárias	681	1.543
Total do ativo circulante	2.800.962	2.567.646	Salários e encargos sociais	35.243	39.786
Não circulante			Total do passivo	42.652	49.697
Imobilizado (Nota 5)	62.751	84.793	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	62.751	84.793	Patrimônio social	2.821.061	2.602.742
Total do ativo	2.863.713	2.652.439	Total do patrimônio líquido	2.821.061	2.602.742
			Total do passivo e patrimônio líquido	2.863.713	2.652.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Amparo ao Idoso

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas operacionais (sem restrição)		
Receitas com doações e contribuições (Nota 6)	849.876	1.301.778
Gratuidades recebidas e trabalho voluntário (Nota 7)	1.253.951	1.693.225
Receitas operacionais líquidas	2.103.827	2.995.003
Custos com doações e contribuições (Nota 8)	(313.050)	(677.568)
Resultado bruto	1.790.777	2.317.435
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(438.363)	(468.680)
Impostos	(28.337)	(17.364)
Despesas com gratuidade e trabalho voluntário (Nota 7)	(1.253.951)	(1.693.225)
Despesas operacionais	(1.720.651)	(2.179.269)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	70.126	138.166
Receitas financeiras (Nota 10)	154.601	202.961
Despesas financeiras (Nota 10)	(6.408)	(4.106)
Receitas financeiras, líquidas	148.193	198.855
Superávit do exercício	218.319	337.021

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Amparo ao Idoso

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016	2.265.362	359	2.265.721
Superávit do exercício		337.021	337.021
Transferência de superávit de recursos sem restrição	337.380	(337.380)	
Em 31 de dezembro de 2017	2.602.742		2.602.742
Superávit do exercício		218.319	218.319
Transferência de superávit de recursos sem restrição	218.319	(218.319)	
Em 31 de dezembro de 2018	2.821.061		2.821.061

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Amparo ao Idoso

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>218.319</u>	<u>337.021</u>
Ajustes		
Depreciação (Nota 5)	<u>24.527</u>	<u>24.505</u>
Superávit do exercício ajustado	<u>242.846</u>	<u>361.526</u>
Variações nos ativos e passivos		
Outros ativos	(1.885)	(1.962)
Fornecedores	(1.640)	(3.669)
Obrigações tributárias	<u>(862)</u>	<u>(1.827)</u>
Salários e encargos sociais	<u>(4.543)</u>	<u>5.456</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>233.916</u>	<u>359.524</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 5)	<u>(2.485)</u>	<u>(13.756)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.485)</u>	<u>(13.756)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>231.431</u>	<u>345.768</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	2.562.008	2.216.240
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	<u>2.793.439</u>	<u>2.562.008</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>231.431</u>	<u>345.768</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Associação de Amparo ao Idoso (a "Associação") é uma entidade sem fins lucrativos com sede na cidade de São Paulo.

A Associação tem por objetivo o apoio na arrecadação e criação de ferramentas que possam gerar recursos financeiros e administrativos para o melhor funcionamento de casas de longa permanência, dando condições mais dignas de vida e moradia para o idoso carente.

Os recursos financeiros aplicados na consecução desses objetivos advêm de doações e contribuições recebidas.

A Associação foi qualificada como Organização das Sociedades Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de junho de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Outros ativos circulantes

Demonstrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os correspondentes rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos.

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- . Móveis e utensílios - dez anos
- . Equipamentos e instalações - cinco anos
- . Benfeitorias em propriedade de terceiros - cinco anos
- . Veículos – cinco anos
- . Instalações – dez anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.6 Passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.7 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, até 31 de dezembro de 2018, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.8 Apuração do resultado

As receitas de doações relativas a patrocínios e eventos são reconhecidas mensalmente no resultado de acordo com recebimento financeiro dentro dos períodos ocorridos e têm a finalidade de custear as atividades dos programas socioeconômicos desenvolvidas pela Associação.

As receitas de doações e contribuições de terceiros, considerando sua natureza, são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

As receitas dos benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidas por meio da prestação de serviços pelo valor efetivamente praticado e as receitas dos trabalhos voluntários são reconhecidas pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas com gratuidades e trabalho voluntário são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a despesas com gratuidade e trabalho voluntário.

As demais receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Associação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões de 13^ª e férias, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Associação faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

O principal julgamento crítico da administração diz respeito às gratuidades recebidas e trabalho voluntário, conforme demonstrado na Nota 7.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos - recursos sem restrição de uso	266	308
Aplicações financeiras - recursos sem restrição de uso		
Fundo DI (i)	<u>2.595.184</u>	<u>2.516.355</u>
Fundo t Plus curto prazo (ii)	<u>197.989</u>	<u>45.346</u>
	<u>2.793.439</u>	<u>2.562.008</u>

(i) As aplicações financeiras, mensuradas pelo valor justo através do resultado, são representadas por títulos de renda fixa (compromissadas garantidas pelo banco emissor), de alta liquidez, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A rentabilidade varia entre 98,0% e 99,0% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

(ii) Aplicação referente ao valor na conta-corrente da Associação.

5 Imobilizado

	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos e Instalações</u>	<u>Benfeitorias em Terceiros</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Custo acumulado	27.786	48.471	22.749	60.790	159.796
Depreciação acumulada	(13.574)	(16.957)	(12.172)	(21.551)	(64.254)
Valor residual	<u>14.212</u>	<u>31.514</u>	<u>10.577</u>	<u>39.239</u>	<u>95.542</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>14.212</u>	<u>31.514</u>	<u>10.577</u>	<u>39.239</u>	<u>95.542</u>
Aquisições	13.756	-	-	-	13.756
Depreciação	(3.609)	(6.181)	(2.557)	(12.158)	(24.505)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>24.359</u>	<u>25.333</u>	<u>8.020</u>	<u>27.081</u>	<u>84.793</u>
Custo acumulado	41.542	48.471	22.749	60.790	173.552
Depreciação acumulada	(17.183)	(23.138)	(14.729)	(33.709)	(88.759)
Valor residual	<u>24.359</u>	<u>25.333</u>	<u>8.020</u>	<u>27.081</u>	<u>84.793</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>24.359</u>	<u>25.333</u>	<u>8.020</u>	<u>27.081</u>	<u>84.793</u>
Aquisições	-	2.485	-	-	2.485
Depreciação	(3.498)	(6.314)	(2.557)	(12.158)	(24.527)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>20.861</u>	<u>21.504</u>	<u>5.463</u>	<u>14.923</u>	<u>62.751</u>
Custo acumulado	41.542	50.956	22.749	60.790	176.037
Depreciação acumulada	(20.681)	(29.452)	(17.286)	(45.867)	(113.286)
Valor residual	<u>20.861</u>	<u>21.504</u>	<u>5.463</u>	<u>14.923</u>	<u>62.751</u>

A depreciação do ano, alocada em sua totalidade às despesas gerais e administrativas, monta a R\$ 24.527 (2017 - R\$ 24.505).

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Receitas com doações e contribuições

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações corporativas		
Associação Obra do Berço		10.069
Banco Cargill	50.000	55.000
Bk Brasil Operação e Assessoria		20.000
Falcon D ARM	10.000	
HSBC do Brasil	150.000	
Zulu Filmes		7.600
Cia Bras. de Gestão		8.678
Iguatemi	10.000	
Visa	<u>120.000</u>	<u>100.000</u>
Outros	<u>19.326</u>	<u>12.508</u>
Total de doações corporativas (i)	<u>359.326</u>	<u>213.855</u>
Total doações de pessoas físicas e outros	<u>490.550</u>	<u>1.087.923</u>
	<u>849.876</u>	<u>1.301.778</u>

(i) Doações recebidas de pessoas jurídicas com a finalidade de custear as atividades dos programas socioeconômicos desenvolvidos pela Associação.

7 Gratuidades recebidas/concedidas e trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou, mensurou e registrou todo o valor das gratuidades e do trabalho voluntário por ela recebido durante os exercícios de 2018 e 2017.

Os valores de gratuidade e trabalho voluntário em 2018 e 2017 foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mutirão (*)	406.500	280.650
Eventos para idosos	96.464	586.788
Remuneração de executivos	581.787	581.787
Serviços de terceiros	109.200	184.000
Serviços de auditoria	60.000	60.000
	<u>1.253.951</u>	<u>1.693.225</u>

(*) Eventos e campanhas externas com o intuito de atender um maior número de idosos.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2018 e 2017 como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Custos por atividades

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações e contribuições		
Aub Irmãs e Centro Promocional Dino Bueno	16.000	18.689
Casa dos Velhinhos Ondina Lobo		5.600
Sociedade de Beneficência e Assist. Social "Lar das Mãezinhas"		1.441
Assoc. Vicentina Vl. mascote	3.639	1.233
Casa dos Velhinhos Irmã Alice	5.512	1.373
Lar dos Anciãos de Diadema		4.177
Frederico Ozanam	3.062	
Free Way Ltda	29.380	10.910
Ilpi Casa Verde Doação		259
Instituto Social Santa Lucia	2.693	1.718
Cepim Santa Terezinha		6.234
Instituto Baccarelli	24.000	2.000
Instituto Hortense		127.600
União Benef. das Irmãs de São Vicente de Paulo	8.000	
Hotelzinho dos Idosos	1.429	
Lar Francisco Candido Xavier	13.268	
	<u>106.983</u>	<u>181.235</u>
 Demais gastos internos, com eventos e com prestadores de serviços (*)	<u>206.067</u>	<u>496.333</u>
	<u>313.050</u>	<u>677.568</u>

As despesas com doações e contribuições referem-se a doações relacionadas às finalidades institucionais e de conformidade com o Estatuto Social da Associação.

(*) Gastos com eventos e campanhas externas e representam gastos com alimentação, transportes e prestadores de serviços dos eventos. Referem-se a gastos com doações sem alocação a somente uma instituição específica.

9 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa com pessoal	297.992	247.664
Despesa com aluguel	106.792	128.855
Serviços de terceiros	9.052	26.532
Depreciação	24.527	24.505
Diversas		41.830
	<u>438.363</u>	<u>469.386</u>

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Receitas e despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de juros sobre aplicações financeiras	153.865	202.933
Outras receitas	12	28
Receitas financeiras	<u>153.877</u>	<u>202.961</u>
Outras despesas financeiras	(6.408)	(4.106)
Despesas financeiras	<u>(6.408)</u>	<u>(4.106)</u>
Receitas financeiras, líquidas	<u>147.469</u>	<u>198.855</u>

10 Contingências

Não existem contingências passivas com desfechos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos da Associação em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Associação também não possuía processos judiciais com probabilidade de perdas possíveis.

11 Aspectos fiscais

A Associação é uma entidade que goza, nos termos dos artigos 150 e 195 da Constituição Federal, de imunidade e isenção tributárias em nível federal, estadual e municipal, sendo reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal. Sendo assim, a Associação está isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventual superávit apurado. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destaca-se o seguinte:

- (i) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007 estão isentas da COFINS sobre as receitas auferidas relacionadas a suas atividades próprias.
- (ii) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento.
- (iii) Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) cota patronal e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL) - entidades de assistência social que possuam o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estão isentas, pelo governo federal, do recolhimento do INSS patronal e da contribuição social sobre o lucro líquido, entretanto a Associação não detém o certificado e efetuam recolhimento.
- (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimento de aplicações financeiras - isento, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de entidade sem fins lucrativos.
- (v) ITCMD (imposto de transmissão causa morte e doação) – A Associação encontra-se isenta do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), nos termos do parágrafo 2º, artigo 6º da Lei nº 10.705/00, na redação da Lei nº 10.992/01 e do parágrafo 1º, artigo 9º do Decreto nº 46.655/02. A Declaração de Isenção possuía a validade de 28/06/2018 a 27/06/2019.

Associação de Amparo ao Idoso

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vi) IRPJ e CSLL – A Entidade é isenta em relação ao IRPJ e CSLL, tendo em vista o quanto disposto no art. 15 da Lei n. 9.532/97

12 Cobertura de seguros

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Montante cobertura</u>
<u>Patrimonial</u>	
<u>Incêndio</u>	<u>R\$ 160.000,00</u>
<u>Danos elétricos</u>	<u>R\$ 10.000,00</u>
<u>Lucros cessantes</u>	<u>R\$ 10.000,00</u>
<u>Roubo e furto</u>	<u>R\$ 20.000,00</u>
<u>Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Impacto de veículos</u>	<u>R\$ 16.000,00</u>
<u>Veículos</u>	
<u>Danos materiais</u>	<u>R\$ 50.000,00</u>
<u>Danos corporais</u>	<u>R\$ 50.000,00</u>
<u>Colisão, incêndio, roubo ou furto</u>	<u>Valor de mercado referenciado</u>

13 Eventos subsequentes

Conforme informado na Nota 11, a Declaração de Isenção de ITCMD foi renovada e estendida para o período de 28/06/2019 a 27/06/20120

As recentes notícias do avanço do Corona vírus (“COVID-19”) está afetando a economia global. No Brasil, já são sentidos alguns impactos na economia, nas mudanças de hábitos e nos reflexos das demandas de produtos e serviços.

Desde então, a Associação tem recebido doações para aumentar a assistência aos grupos de idosos, por serem considerados um dos perfis mais afetados diante desta pandemia. Com isto, a Associação tem implementado atividades online com os idosos, principalmente no núcleo próprio de Heliópolis.

Neste momento, não há perspectiva de impactos relevantes nas operações da Associação que possam afetar a continuidade da Entidade no próximo exercício. Até a data da emissão dessas demonstrações contábeis não foram identificados outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas na Entidade.

Entretanto, a administração agirá com cautela em suas ações até que se possa mensurar os impactos futuros no terceiro setor e empenhará os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica.

* * *